

PORTE DE ARMAS: DA CRÍTICA À DEFESA

Rebecca Rodrigues da Silva CARVALHO¹

Thaynara Luzia da Silva GOMES²

Fátima Mariane Gomes da SILVA³

Orientador: Dr. Prof. Paulo César Mattos Dourado de MESQUITA

SUMÁRIO:

Resumo

1. Introdução
2. Desenvolvimento
 - 2.1 Metodologia
 - 2.2 Resultados
 - 2.3 Discussão
3. Considerações Finais
4. Referências

RESUMO: Este artigo discorre sobre o porte de armas em sua defesa e crítica, com o intuito de conhecer e analisar posições diferentes quanto a sua legalização. Por via de métodos objetivos, o texto baseia-se em três entrevistas, com os seguintes subtemas: contra, a favor e cultura de paz. O defensor alega que os cidadãos devem portar arma, para fins de proteção física e da propriedade, no instante em que a crítica alega que, se legalizado, haverá aumento do índice de violência. A cultura de paz, por sua vez, entrará como mediadora entre esse impasse, retratando que, para ser resolvido, deve haver diálogo. Assim, ora será aplaudido por quem defende seu porte e a autodefesa, ora será criticado por quem defende o desarmamento, assim como o fim da violência por meio de armas de fogo. Nesse referencial, torna-se essencial a compreensão acerca dos distintos posicionamentos, pois irão ser explicitados seus direcionamentos em relação às consequências de uma possível liberação ou desarmamento na vida

¹ Graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Sete de Setembro – UNI7. Monitora de Práticas Integrativas I. E-mail: rebeccacarvalho1998@gmail.com

² Graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Sete de Setembro – UNI7. Monitora de Teorias da Subjetividade I. E-mail: thaynarapsic@hotmail.com

³ Graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Sete de Setembro – UNI7. E-mail: oliveirafernanda862@gmail.com

profissional, social e pessoal dos indivíduos. Logo, o porte de armas deve ser tratado de maneira responsável e consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Legalização. Desarmamento. Autodefesa. Cultura de Paz. Consequências.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo retrata o porte de armas a partir de seus aspectos de defesa e crítica. Parte da ideia de que devemos analisar o contexto geral, isto é, as causas e as consequências que ocasionam diferentes posicionamentos, a fim de compreendermos melhor a situação e tomarmos ciência sobre o que melhor possibilita o desenvolvimento da sociedade. O porte de armas, por sua vez, refere-se ao transporte de arma de fogo em locais públicos. (KERVALT, 2017).

O impasse encontra-se no aumento da criminalidade, onde há o favorecimento na busca pelo transporte de arma, para autodefender-se, visto que é uma das maiores preocupações da sociedade moderna, isto é, há uma defesa pelo porte de armas fundamentado na ideia de que a violência deve ser combatida com a própria violência. (BOLSONARO, 2017; BARBOSA, 2015; ROSENFELD, 2015; MORAIS, 2017). Em contrapartida, há a luta pelo seu fim de maneira geral, para atingir um melhor convívio social. Assim, é posta a ideia de que a violência não combate a si mesma, mas sim, a aumenta. Com isso, há a possibilidade de que a violência possa ser vencida através de políticas públicas. (FILHO, 2017; ZACCONE, 2017; SOUSA, 2017).

Fomos motivados a estudá-la, pois a sociedade civil apresenta um discurso comum referente ao porte de armas, encontrando-se alienados pelos interesses dos grandes empresários e políticos, sejam aqueles que são favorecidos monetariamente ou aqueles que prezam pelo poder coercitivo sobre a mesma. Isso porque os cidadãos, tomados pela ansiedade de resolver os problemas de maneira imediata, não buscam informações devidamente sobre como o judiciário procede quanto à liberação do porte de armas e quanto ao desarmamento. Por conseguinte, não tomam os devidos conhecimentos acerca dos resultados que ambos produzem.

O objetivo fundamenta-se na possibilidade de alcançarmos o senso crítico, por meio da pesquisa quanto às diferentes posições que existem acerca da temática,

trazendo para a discussão a Cultura de Paz. O desejo da legalização do porte de armas deve-se a defesa do cidadão, que segue desprotegido em meio ao aumento da criminalidade. De outra maneira, busca armar o “cidadão de bem”, com o intuito de proteger-se. (BOLSONARO, 2017). O propósito do desarmamento, entretanto, é combater o crime pacificamente e contribuir para a proteção geral da sociedade. Isso motivado pelo aumento do número de mortes por porte ilegal de armas no Brasil. (MUGGAH, 2017; ALESSI, 2017).

Portanto, o artigo analisa as diferentes concepções sobre como devemos combater o crime por meio da legalização do porte de armas ou do desarmamento.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MÉTODOS

Foi feita uma pesquisa bibliográfica em conjunto com uma qualitativa de caráter exploratório por meio de três entrevistas, a fim de entender o pensamento de defesa, de crítica e a perspectiva da cultura de paz, focando na expansão de atos criminosos. Desse modo, decidimos adotar esses métodos, pois consideramos os mais adequados para o tipo de análise que pretendemos fazer. Portanto, cabe abordar sobre os tipos de pesquisas escolhidas.

A pesquisa bibliográfica consiste em coletar informações referentes a dados históricos e opiniões sobre o assunto, a fim de conhecer o processo do problema. (MARCONI, 2003). A pesquisa qualitativa, por sua vez, visa a subjetividade do objeto analisado, considerando a sua concepção emocional, racional e social. (PESQUISA..., 2016). A pesquisa exploratória visa conectar o pesquisador ao tema, possibilitando a criação de hipóteses e resultados. (GERHARDT, 2009) Com base nisso, além de buscar referências históricas, interpretamos diferentes percepções e experiências mediante a entrevistas, para nos aproximarmos do objeto em análise.

O estudo é direcionado a pontos de debates através de entrevistas em que os participantes se posicionam sobre o assunto. Assim, a realização desse trabalho deve-se à busca por conhecimento sobre as leis e suas implicações, uma vez que é pouco visado nos meios de comunicação, criando uma distorção dos seus aspectos reais.

A escolha dos entrevistados fundamentou-se em suas considerações em relação a temática, com a motivação de obtermos maior conhecimento referente à visão sociológica, histórica e psicológica, com foco na cultura de paz.

Com o intuito de analisar a defesa e a crítica, realizamos duas entrevistas. A primeira foi feita com N.C, graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, em 1972 e com mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC, em 2003. A coleta de informações ocorreu no Centro Universitário Sete de Setembro, em 20 de novembro de 2017. A segunda entrevista foi realizada com J.M, que é formado em História também pela UFC. O encontro aconteceu na Igreja Assembleia de Deus, em 27 de novembro de 2017. O instrumento de pesquisa foi a gravador, para melhor aproveitar seus discursos. As indagações utilizadas para extrair mais informações dos profissionais foram:

1. Proibir ou não proibir o porte de armas? Por quê?
2. De acordo com o nível de criminalidade no Brasil, e com os bandidos portando armas para subjugar os cidadãos, não seria viável ter uma arma em casa para melhor proteger-se?
3. Segundo Barbosa (2015) não existe nenhum Estado que seja capaz de proteger um cidadão 24h por dia. Diante dessa afirmação, qual a posição que o cidadão deve ter frente a uma situação que coloque em risco sua integridade física, já que está despreparado?
4. Na sua visão, se as leis no Brasil fossem cumpridas, poderia haver porte de armas para toda a população, em vista que estariam todas sob pena de uma mesma lei?
5. Já foi comprovado que com a liberação do porte de armas, a taxa de homicídio por armas de fogo diminuiria. Comente.
6. Houve um caso de um estudante que, motivado pelo *bullying* que sofria, efetuou disparos contra colegas de classe. A partir disso, qual seria a providência que deveria ser tomada se alguém despreparado entrasse em contato com uma arma?

7. Qual a atitude que o Estado deve tomar diante da venda crescente e ilegal de armas de fogo?
8. Por que tantos policiais morrem baleados mesmo estando armados e preparados? Armar uma população que não recebe treinamento terá alguma valia?
9. Qual seria a melhor intervenção do Estado com relação a pessoas que não têm condições financeiras para adquirir porte legal de armas?

A título de complemento, fizemos uma terceira entrevista, abordando a cultura de paz. O entrevistado foi A.P, formado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, em 1997, com mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC - SP, em 2000, e Doutorado em Sociologia também pela UFC, em 2008. A coleta de dados ocorreu no Centro Universitário Sete de Setembro, em 16 de novembro de 2017. O procedimento utilizado foram perguntas sobre o subtema proposto, e o instrumento usado para a captação de informações foi o gravador.

1. Quais as ideias que a cultura de paz traz?
2. Como a cultura de paz pode transformar a realidade violenta da sociedade brasileira?
3. De que forma esse método combate às violências mais sutis presentes no cotidiano do sujeito?
4. Tendo em vista o porte de armas, como podemos encaixar a cultura de paz no subtema?
5. Como poderíamos ter a substituição da cultura repressiva presente desde a colonização por uma pacificação geral?

2.2 RESULTADOS

Como resultado deste artigo, procuramos enfatizar os aspectos mais consideráveis encontrados entre a legalização do porte de armas, o desarmamento e a cultura de paz. Assim, tratamos aqui os resultados obtidos neste estudo, que envolve

três entrevistas individuais feitas para o recolhimento de dados empíricos do senso crítico, através de gravação. Para isso, foram feitas as transcrições, as quais não constam aqui devido a limitação no número de palavras exigidas pelo evento. Entretanto, podem ser disponibilizadas mediante solicitação. Para a discussão, selecionamos as citações mais importantes para sua construção.

2.3 DISCUSSÃO

No discurso dos entrevistados, podemos observar a necessidade de abranger o estudo referente ao combate à criminalidade. Isso porque as divergências entre opiniões podem gerar dificuldades para alcançar um consenso e, por conseguinte, inviabilizar o desenvolvimento de uma cultura de paz.

Ao perguntarmos aos entrevistados se eles concordam em proibir ou não o porte de armas, obtivemos os seguintes comentários:

N.C: Você vai disponibilizar as pessoas o uso de armas e muita delas não têm muito preparo psicológico para isso. Resultado disso, o índice de violência só iria aumentar mais pessoas iriam ser mortas. Às vezes uma discussão boba, uma batida de trânsito, por exemplo, poderia resultar em morte, como já aconteceu aqui em Fortaleza, a pessoa não estava usando arma de fogo e sim uma chave de fenda e o mesmo matou o cidadão. Se ele tivesse portando arma de fogo, iria fazer o uso e matar alguém. Assim, se você possibilitar milhões de pessoas usarem arma de fogo em situações assim, muito provavelmente a violência só iria aumentar.

J.M: Bom, [...] o Brasil deveria adotar o procedimento de vários países [...] todo cidadão tem direito a um porte de armas também, para defender a sua integridade física e a sua propriedade.

N.C diz que o porte de armas pode aumentar o índice de violência. (ALESSI, 2017; FILHO, 2017; ZACCONE, 2017; SOUSA, 2017). Com isso, podemos citar o caso de ex-advogado Victor Quinderé que cometeu o homicídio mencionado com chave de fenda em agosto de 2001 e foi condenado a 24 anos de prisão. (SISNANDO, 2014). Ademais, N.C também retrata que a violência está enraizada na cultura, e que o porte de armas só viria agravar ainda mais o índice da criminalidade. (ALESSI, 2017; FILHO, 2017; ZACCONE, 2017; SOUSA, 2017).

Contudo, J.M. diz que todo cidadão tem o direito de possuir arma de fogo para proteger sua integridade, reafirmando o conceito de que violência se combate com violência. (BOLSONARO, 2017; BARBOSA, 2015; ROSENFELD, 2015; MORAIS,

2017). Porém, podemos destacar também que a arma em si não produz a violência, mas sim seu portador. (BARBOSA, 2015)

Nesse momento, cabe levar em consideração a visão da cultura de paz, que afirma uma vivência voltada para o diálogo. Sendo assim, segue o comentário:

A.P: [...] Essa sociedade evidentemente, vai ser uma sociedade marcada por conflito. [...] tudo vai depender do modo com que a gente soluciona esses conflitos, [...] eu preciso estar em conflito com outro para conseguir inclusive me superar... [...] aí a gente vai pensar em duas maneiras básicas delas serem resolvidas, ou são resolvidas na base da força e da violência, ou são resolvidas na possibilidade do diálogo. [...] dentro da nossa sociedade ainda predomina muito a lógica da força da violência, então nós temos que ver essa legalização dentro dessa lógica, porque ela por si só não é suficiente. A quantidade de mortes não é por armas de fogo, é por arma branca, é a faca, o pau. Então, não é necessariamente a arma como se mais uma vez ela em si mesma fosse produzir uma alteração psíquica em todo mundo, não, ela se insere no mundo psíquico.

A partir disso, entende-se que apesar de vivermos numa sociedade culturalmente violenta, podemos inverter para uma nova vertente onde novas ideias voltadas para as pessoas, não às armas, possa ser mais eficiente. Com isso, há a ideia interventora de que a violência pode ser vencida através de políticas públicas. (FILHO, 2017; ZACCONE, 2017; SOUSA, 2017). Destacamos ainda que o Brasil deve a si mesmo uma polícia com mais treinamento e mais equipamentos, mas antes de pensar na segurança pública, devemos pensar na educação, que pode ser vista como uma ferramenta da prevenção a violência, proporcionando uma melhor qualidade de vida à população.

Avançamos nosso questionário para destacar que no Brasil, os bandidos portam armas para subjugar os cidadãos, e se não seria viável ter uma arma de fogo para melhor proteção. Assim, obtivemos os seguintes discursos:

N.C: Porque as pessoas não têm oportunidades, moram na favela, não tiveram educação, não tiveram apoio de ninguém, que não tiveram o carinho de ninguém, tem um lote de ódio no peito por não ter nada e um revólver na mão, ou uma faca. E prendendo trombadinhas não estará combatendo a violência, mas sim as causas dela. Você tem que criar um tipo de organização social em que as pessoas possam viver em harmonia umas com as outras tendo oportunidade de viver com dignidade, em que no mundo em que vivemos hoje não existe.

J.M: Com certeza, [...] o cidadão, depois de passar por um rigoroso... processo né, tanto psicológico, como... na questão da conduta, se ele é compatível pra poder ter um porte de armas, acho que ele deveria ser concedido a esse cidadão, não dá a arma a um... Á uma pessoa totalmente desestruturada

psicologicamente, mas o cidadão de bem deveria ter sua própria arma para defesa própria.

Nossos entrevistados tomaram caminhos divergentes para responder à questão, sendo que um aponta a falha da sociedade e o outro segue para o estado psicológico do indivíduo. De acordo com o pensamento de N.C, o menor infrator é fruto de uma sociedade desigual, com poucas oportunidades. (DUARTE, 2013; PANTALEÃO, 2004) Com isso, a arma de fogo torna-se um instrumento para canalizar o sentimento de frustração que ele possui. Entretanto, existe a possibilidade do menor infrator ser visto portando uma arma, ser preso e tornar-se um criminoso de maior periculosidade, pois pode ter um contato maior com criminosos experientes.

Portanto, deveria haver uma maior preocupação referente à instalação de organizações sociais para que possam proporcionar escolhas para menores em situação de risco. Salientamos que não é somente o menor infrator que, com acesso irresponsável a armas de fogo, pode causar danos a sociedade.

Analisando a opinião de J.M, inferimos que o sujeito sem preparo psicológico pode causar danos não só a si, mas a todos. Diz que a pessoa pode portar armas de fogo, desde que tenha estrutura psíquica equilibrada para isso. Sugere que o objetivo da legalização do porte de armas deve-se a defesa do cidadão, que segue desprotegido em meio ao aumento da criminalidade. (BOLSONARO, 2017; BARBOSA, 2015; ROSENFELD, 2015; MORAIS, 2017).

Ao questionarmos sobre como a cultura de paz pode transformar a nossa realidade violenta, tivemos a seguinte resposta:

A.P: [...] vamos ver o psicólogo. Ele deve estar atuando junto à promoção dessa cultura de paz, seja em qualquer lugar que ele esteja. [...] nós vamos ser chamados quando os conflitos estiverem estabelecidos. [...] somos [...] promotores da cultura de paz, já que a gente vai estar exatamente para se incidir sobre o conflito e o modo de isolamento deste conflito, na escola, na comunidade [...] Elas mesmas participam das resoluções, aí entra a mediação, a conciliação, a arbitragem e a negociação. [...] para que possam ter formas alternativas de resolução desse conflito, onde elas [...] participem da escuta do outro de que não é só eu que estou certo, que existe um outro ponto de vista, ou seja, possibilidades de resolver os conflitos. A grande questão é como nós construímos um palco pra resolução destes conflitos sufocando e impedindo com repressão ou criando espaços onde essas partes em conflito possam vir a dialogar entre si e compreender que existe outro ponto de vista certo. [...] as ações concretas que existem [...] pra mudar essa cultura da violência é propagar a cultura da paz.

De acordo com A.P, o psicólogo atua na construção e promoção da cultura de paz, pois se coloca diretamente sobre o conflito dos outros, buscando uma forma de conciliação do problema entre as pessoas que estão vivenciando um conflito. Utiliza para isso, processos vinculados a psicologia jurídica como a mediação, arbitragem e negociação na tentativa de que eles possam resolver suas questões. Com isso, visa o diálogo entre as partes, a fim de que elas observem que existem outros meios de resolução da questão.

Questionamos sobre a posição que o cidadão deve ter diante de uma situação que prejudica sua integridade física, já que se encontra despreparado e indefeso. Com isso, tivemos o seguinte retorno:

N.C: [...] primeiro, o Estado não está aí para proteger o cidadão 24 horas por dia [...] Se as pessoas se respeitassem não precisaríamos de polícia. [...] Ande pela cidade, você observa a quantidade de arame farpado nos muros, é uma prisão [...] Os marginais estão excluídos das oportunidades que a sociedade pode oferecer, mas se você observar quantos roubos pequenos de carteira e de celular há, não bate nem 10% do que o Eduardo Cunha rouba [...] esses caras roubam milhões [...] Que tipo de violência é essa que nós estamos falando? [...] as pessoas que ocuparam os aparelhos do Estado usam o Estado em benefício próprio, por aquilo que em tese deveria representar os interesses de todos.

J.M: É exatamente isso, o... diante dá, desse quadro que nós vivemos no Brasil, com esse crescimento avassalador e desenfreado de Organizações é... é, criminosas, facções... criminosa que mata na... a cada instante os cidadãos de bem... a única saída é exatamente permitir aos... cidadãos possuir uma arma para legítima defesa, que do contrário, nós vamos ter uma carnificina no Brasil e a bandidagem vai avançar haja vista é... a falta de condição dos cidadãos para sua defesa própria.

De acordo com N.C, vemos que o porte de armas não é uma solução plausível, pois seria danoso para nossa sociedade diante do quadro em que vivemos, onde até mesmo nossos governantes nos roubam. Com isso iria aumentar os índices de violência, pois alegariam “proteção” para o uso desgovernado da arma. O propósito do desarmamento, no entanto, é combater o crime de maneira pacifista e contribuir para a proteção geral da sociedade. Isso motivado pelo aumento do número de mortes por porte ilegal de armas no Brasil. (MUGGAH, 2017; ALESSI, 2017).

N.C expõe que vivemos em uma prisão dentro de nossas próprias casas; que se nosso país fosse realmente de ordem, nós não precisaríamos de policiais se de fato as pessoas fossem éticas e vivessem em harmonia. Já J.M afirma que se nós, cidadãos,

não tivermos uma arma para nos defendermos, teremos então, uma carnificina no Brasil.

Em seguida, perguntamos se poderia haver porte de armas para toda a população, uma vez que estariam todas sob pena de uma mesma lei. Com isso, coletamos as seguintes respostas:

N.C: Primeiro vai observar logo o que é uma lei, dizem que lei não se pergunta e sim se cumpre [...] isso aí fica na tua mente [...] E que tipo de lei nós estamos fazendo? Quem faz as leis? [...], nós estamos sendo governados por bandidos [...] eles vão usar o dinheiro público para corromper deputados [...] Então, são esses deputados [...] que fazem as leis, que os favorecem e manda a conta pra gente pagar. Então, temos que ter espírito crítico em relação à estrutura jurídica de um país, a ética assim como as leis.

J.M: Eu não diria cem por cento pra todos os cidadãos por que... como eu já disse, é preciso que cada cidadão seja submetido a um processo psicológico, essa pessoa tenha uma ficha limpa, uma pessoa de equilíbrio né, é... Psicológico e que não venha é... a... cometer crimes por qualquer discussão, [...] nós não podemos realmente dar arma a todo mundo, mas pelo menos as pessoas [...] possuir uma arma e defender sua família.

O entrevistado J.M ressalta que a liberação não é para todos, e sim para aqueles que forem considerados “cidadãos de bem”, isto é, para aqueles que tenham ficha limpa e que sejam equilibrados psiquicamente. No entanto, N.C não respondeu à pergunta, somente afirmou: somos governados por corruptos. Isso pode ser interpretado da seguinte forma: somos alienados, logo, obedecemos a classe dominante e sua superestrutura, isto é, as estratégias de manipulação, como o Estado e suas leis; assim, caso seja legalizado o porte de armas, seria porque os dominantes desejaram isso, e iríamos aceitar e obedecer. Aliás, assim como disse Marx (1998): “As ideias dominantes de uma época, são as ideias da classe dominante.”

Em relação à cultura de paz, tivemos o seguinte posicionamento:

A.P: Propagando uma cultura do diálogo, [...] de mediação, seja qual for o ambiente que a gente esteja trabalhando, conflitos comunitários, conflitos jurídicos [...] Acho que, se a gente mudar isso, a gente consegue pensar melhor como nos posicionar. Não tô querendo aqui que ninguém se posicione [...] mas que se situe melhor na discussão sobre a liberação, a mudança do estatuto do desarmamento, se a gente conseguir enxergar que cultura nós somos.

O entrevistado A.P acredita que através do diálogo poderíamos chegar a um consenso para discutir sobre a liberação do porte de armas e a uma possível mudança no estatuto do desarmamento.

Em seguida, afirmamos que já foi comprovado que, com a sua liberação, houve diminuição na taxa de homicídio por armas de fogo. Assim, tivemos os seguintes comentários:

N.C: Que estudos foram esses? Feitos por quem? Em relação ao que? É com base em que, que uma pessoa faz uma afirmação dessas? Em quais conclusões ele chegou? Então, são uma mera suposição, alguém, por exemplo, que segue o Bolsonaro vai dizer que é o mito, que é a grande salvação para esse país. Para quem conhece bem o Bolsonaro, sabe que ele é apenas um grande imbecil, que fica dizendo grandes besteiras [...] A corrupção tem dois caminhos: tem o que corrompe e o que é corrompido. Então, você tem que observar que tipo de corrupção é essa, para assim mostrar se tal fato é verídico ou não.

J.M: Exatamente porque... qualquer pessoa, todo indivíduo sabendo que um outro cidadão tem uma arma para defesa própria, ele vai pensar dez vezes antes de tomar uma decisão de atacá-lo. Então... o cidadão estando previamente municiado com a arma pra defesa própria, é claro que o adversário vai pensar dez vezes antes de tomar uma decisão.

Vemos na entrevista de N.C que as pessoas em geral falam coisas do tipo: “O Bolsonaro é o melhor para esse país.”, porém, elas não têm um embasamento, não têm um conhecimento aprofundado sobre o assunto e sobre quem é a pessoa de quem estão falando. Se pautam apenas em reflexões do senso comum, e muitas vezes acreditam no que estão afirmando como uma verdade absoluta. Sendo assim, devemos abandonar toda a “doxa” os achismos que temos com relação a qualquer assunto e buscar a *episteme* do tema em questão. Já J.M afirma que, estando os cidadãos armados, teremos uma baixa incidência de crimes, pois o sujeito vai “pensar mil vezes” antes de atacar o outro.

Abordamos também o caso que ocorreu em outubro de 2017, numa escola privada de Goiânia, no qual, um aluno motivado pelo *bullying* que sofria, efetuou disparos contra colegas de classe. (Fonte: G1). Questionados sobre qual seria a providência que deveria ser tomada, caso alguém despreparado entrasse em contato com uma arma. Obtivemos as seguintes respostas:

N.C: [...] existem milhões de pessoas despreparadas para fazerem o uso de armas, existem milhões que sofrem *bullying* constantemente e não matam os outros, e acaba se acostumando, não ligando [...] uma pessoa que sistematicamente sofre de *bullying*, vai acumulando àquela raiva e um dia ela explode, e se ele tiver uma arma vai fazer o que ele fez, se ele não tivesse apenas o xingaria [...] até poderia sair no tabefe e não passaria disso, mas se a pessoa está sendo martirizada a todo momento e com uma arma na mão, com certeza ele vai usá-la [...]

J.M: [...] as Instituições de Ensino deveriam... acompanhar... pelo menos... o comportamento de seus estudantes e... e também nas sala de aulas se... ser submetido... as salas de aula... ser submetido a um processo rigoroso na entrada e na saída com detector de metais... para não permitir que... é, alunos entrem na salas de aula é, armados! A arma é pra outra ocasião e não para sala de aula.

Vimos que, embora seja legalizado o uso das armas, deve existir um monitoramento em relação ao acesso a elas, como por exemplo, nas salas de aula, como J.M. citou. Nas escolas deveriam ter detectores de metais para que a entrada de armas no meio escolar seja barrada; como N.C. falou, o aluno que cometeu o homicídio dentro da escola, era filho de militares, e observa-se que a aquisição da arma foi bem mais fácil para ele. Portanto, o acesso dos jovens a estes armamentos deve ser rigorosamente controlado; precisa-se guardá-los em locais de difícil acesso para que não haja o crescimento de índice de menores infratores.

Posteriormente, indagamos sobre que atitude o Estado deveria tomar diante da venda crescente e ilegal de armas de fogo. Com isso, obtivemos os discursos a seguir:

N.C: [...] as indústrias mais lucrativas do mundo são as indústrias das armas e a de drogas. As pessoas vivem em função da morte do outro [...] eles lucram com isso, ele coloca na mente das pessoas a necessidade de ter uma arma de fogo para que eles possam viver, ele não vê um cidadão livre, ele vê um consumidor de armas. [...] Se quer impedir que as pessoas não usassem armas, então deixe de produzir. O máximo que alguém poderia usar era uma faca [...] Os grandes empresários não chegaram perto das guerras. [...] Primeira vítima da guerra é a verdade! [...] as pessoas são levadas pelo patriotismo, por uma ideologia [...] Quem tem interesse nas guerras ficam fora dela.

J.M: O Estado deve controlar essas armas de fogo... Exatamente... no caso do Brasil, devido a um descontrole que existe é... isso permite que as organizações criminosas se... organize, se armem e se municiem belicamente, pra cometer [...] suas atrocidades. O Estado deveria a... agir com todo rigor!... e manter o controle!... dos seus cidadãos, permitindo, permitindo-lhes o... o... a... per... a... ter uma arma mas... esse cidadão também seja acompanhado, seja monitorado.

Se há uma indústria com crescente demanda, é porque existem consumidores suficientes, ou seja, quando N.C. fala sobre a indústria de morte, relata bem a situação de crise em relação a paz. Somos um dos países que mais utiliza e se beneficia da produção em massa de armas, principalmente pelo fato de termos facções criminosas como uma realidade no Brasil. Essas mesmas facções são todas portadoras ilegais de armas, devido a vinculação delas com o crime organizado. Destacamos ainda a falta de monitoramento do Estado, que em si já é um grande motivo para termos ainda mais

crimes contra cidadãos. Para J.M, o melhor a ser feito é justamente este controle por parte do Estado. Portanto, o Governo deve agir com vigor, a fim de manter a gerência do porte de armas, evitando seu uso desenfreado e sua venda ilegal.

Em seguida, questionamos o motivo da morte de tantos policiais armados e treinados, e ainda, se armar uma população que não recebe treinamento, teria algum valor. Assim, tivemos as seguintes respostas:

N.C: Olha, eu já tive uma arma que deixava em casa, para que se caso entrasse um ladrão eu estaria adepto de me defender, mas eu não estava. Um certo dia, arrombaram o portão e a porta de casa, vasculharam tudo, acharam a arma e a levaram, ou seja, ao contrário de me defender, foi mais uma arma na mão dos bandidos. Além do mais que os bandidos têm muito mais habilidade com armas. Quem são os policiais? São os representantes coercitivos do Estado quem está ali para proteger e representar o Estado, eles arriscam a vida para prender os bandidos, só que os bandidos não têm medo deles. Aliás, eles não têm medo nem da morte [...] eles matam os policiais apenas por serem policiais.

J.M: Geralmente os policiais que são abatidos são... vi... a... vi um índice recentemente que s... noventa por cento dos cida... dos policiais que são abatidos, ... eles geralmente estão em folga, estão de folga, eles num tão em atividade. Eles são pegos... de uma forma digamos assim.. u... vacilante... né mais... ele estando mesmo em seu trabalho, em seu exercício, estando de sentinela na sua prontidão é mais... difícil o bandido pega-lo ... os que morrem, geralmente eles tão... ou fazendo bicos numa instituição, numa portaria.

Para N.C, de fato optar por obter a arma de fogo é um tanto desafiador. O entrevistado retrata que já teve uma arma com esse mesmo intuito de se defender, e que num certo dia sua casa foi assaltada e levaram a sua arma. No entanto, ele pensava que estava preparado para ter uma arma e poder se defender, porém, na verdade, não estava. Diz que os bandidos têm mais habilidade com as armas, e que não têm medo de morrer. Então, o que pensar de alguém que vive numa vida em que têm apenas duas opções a cadeia ou morte? É conflitante. Policiais são mortos diariamente, pois os bandidos que não temem nem mesmo às autoridades. J.M complementa dizendo que os policiais normalmente são abatidos quando estão de folga, e que são pegos de surpresa.

Por fim, perguntamos qual seria a melhor intervenção do Estado com relação a pessoas que não têm condições financeiras para adquirir legalmente uma arma de fogo. Assim, conseguimos os seguintes retornos:

N.C: O Estado vai estar defendendo o armamentismo, ou seja, as pessoas iriam se armar por conta do Estado, e assim não pagar taxas. Eu sou totalmente contra quaisquer pessoas que use armas, inclusive as Forças Armadas. [...]

Pense quanto custa um míssil [...] um milhão e duzentos mil dólares. [...] são milhões de dólares jogados fora. [...] O Estado pega dinheiro da população, para sustentar militarismo e criam as guerras [...] Quê que a Coreia está fazendo? Bombas atômicas. Mas quais são os países que mais têm bombas atômicas? Justamente os que fazem parte do conselho da ONU. Como eu posso combater algo que eu mesmo faço? [...] se eles atacassem, milhões de pessoas iriam morrer.

J.M: Dar-lhes condição pra que elas possam, entendeu? Ter acesso ao porte de arma. A que todos são cidadãos são pe... pagam seus impostos e têm os mesmos direitos. Então, se aqueles que não podem comprar arma, que o Estado facilitasse o acesso a elas.

Para N.C, se o Estado defendesse o armamentismo, iriam se armar e não iria pagar as taxas. Ele diz ser totalmente contra o uso de armas, pois o custo é altíssimo, como os mísseis que são direcionados a guerras, e esse dinheiro vêm exatamente do bolso da população. A ideia desenvolvida pelo governo é sustentar o militarismo com esse dinheiro. N.C complementa discorrendo sobre a Coreia estar produzindo bombas nucleares, justamente um país que faz parte da ONU. Já para J.M, os cidadãos que pagam seus impostos, devem ter o direito de portar armas, e que o Estado deveria facilitar o acesso para quem não tem condições de obtê-las.

Visando toda a discussão, compreendemos que o discurso de N.C é mais fundamentado que o de J.M. Isso porque foi percebido que N.C tem um vasto conhecimento de mundo, pois apresentou diversos argumentos, enquanto J.M apenas apresentou o que a questão pedia, em meio ao gaguejo. Assim, entendemos que sua fala é baseada no senso comum, enquanto a de N.C é apoiada pelo senso crítico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta exposição sobre o porte de armas e suas consequências, destacou-se a importância de estudá-lo e debatê-lo com responsabilidade e consciência. A questão não se concentra apenas no ato de proibir ou não proibir, mas nas consequências de se ter ou não a condição de portar uma arma. Baseado nos estudos e entrevistas realizados, podemos inferir que, levando-se em consideração o estado atual de nossa nação no que concerne ao cumprimento das leis, podemos destacar que não estamos ainda devidamente preparados para a legalização do porte de armas, devido a impossibilidade de controle e a ineficácia que teria a fiscalização de quem estaria apto a se armar.

Concomitantemente, a opção de se possuir uma arma poderia, com o devido preparo, possibilitar uma defesa melhorada para o cidadão, possibilitando a chance de se defender, partindo do princípio que este possui habilidade, capacidade mental e psicológica para o uso o mais consciente possível do poder de uma arma de fogo. E ainda, podemos observar que a Cultura de Paz, embora distante, devido ao nosso passado violento e a cultura baseada em alguns pensamentos ainda colonialistas, pode ser alcançada a partir de uma reeducação cultural e social, com o auxílio de profissionais e de políticas públicas que promovam a conscientização e o senso de responsabilidade cidadã em nossa população.

4 REFERÊNCIAS

- ALESSI, Gil. Como era o Brasil quando as armas eram vendidas em shoppings e munição nas lojas de ferragem. São Paulo: **EL PAÍS**, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/25/politica/1508939191_181548.html> Acesso em: 29 nov. 2017.
- BARBOSA, B. Entrevista concedida ao Jornal Opção. **Jornal Opção**, 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/o-estatuto-do-desarmamento-fracassou-na-reducao-da-criminalidade-106894/>> Acesso em: 29 nov. 2017.
- BARBOSA, B. QUINTELA, F. **Mentiram para mim sobre o desarmamento**. 1ª Edição. São Paulo: Editora VIDE, 2015, 112 páginas.
- BOLSONARO, Jair. Violência se combate com violência. **Youtube**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=obMDEvqcY3s>> Acesso em: 24 nov. 2017.
- DUARTE, Marco. Menor infrator: reflexo de uma sociedade doente. **Portal Educação**, 2003. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/concursos/menor-infrator-reflexo-de-uma-sociedade-doente/47595>> Acesso em: 05 dez. 2017.
- FILHO, Francisco. Violência não combate violência. **Youtube**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=C0DyFndFopl>> Acesso em: 24 nov. 2017.
- KERVALT, Marcelo. Posse ou porte de arma? Entenda as diferenças e o que prevê a legislação. **Gauchazh**, 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/09/posse-ou-porte-de-arma-entenda-as-diferencas-e-o-que-preve-a-legislacao-9892037.html>> Acesso em: 21 nov. 2017.
- GERHARDT, T. SILVEIRA, D. Métodos de Pesquisa. **Livros – Google**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 121 páginas.
- MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã. **Universidade de São Paulo**: e-disciplinas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547009/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20A%20ideologia%20alem%C3%A3.pdf> Acesso em: 07 dez. 2017.

MORAIS, Wilder. Entrevista concedida ao programa Salão Nobre. Brasília: **TV Senado**, 19 out. 2017. Disponível em:

<<https://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=446615>> Acesso em: 24 nov. 2017.

MARCONI, M. LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003, 310 páginas.

MUGGAH, Robert. Estatuto do Desarmamento precisa ser fortalecido e implementado plenamente – não revogado. **Nexo**, 2017. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Estatuto-do-Desarmamento-precisa-ser-fortalecido-e-implementado-plenamente-%E2%80%93-n%C3%A3o-revogado>> Acesso em: 24 nov. 2017.

PANTALEÃO, J. MARCOCHI, M. Violência e condição social: o homem é fruto do meio? Uberaba: **Boletim Jurídico**, 2004. Disponível em:

<<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=271>> Acesso em: 05 dez. 2017.

PESQUISA Qualitativa – O que é? Como fazer uma? – TCC e Monografias. **Normas e Regras**, 2016. Disponível em: < <http://www.normaseregras.com/dicas/pesquisa-qualitativa/>> Acesso em: 22 nov. 2017.

ROSENFELD, Denis. Devemos liberar as armas? – Sim. **Época**, 2015. Disponível em:

<<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/04/devemos-liberar-armas-sim.html>> Acesso em: 24 nov. 2017.

SISNANDO, Jéssika. Advogado é condenado a 24 anos de prisão por matar comerciante com chave de fenda. Fortaleza: **Diário do Nordeste**, 2014. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/advogado-e-condenado-a-24-anos-de-prisao-por-matar-comerciante-com-chave-de-fenda-1.1074525>> Acesso em: 05 dez. 2017.

SOUSA, Regina. Entrevista concedida ao programa Salão Nobre. Brasília: **TV Senado**, 01 nov. 2017. Disponível em:

<<https://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=446997>> Acesso em: 24 nov. 2017.

ZACCONE, Orlando. Entrevista concedida a Carta Capital. Rio de Janeiro: **Carta Capital**, 15 set. 2017. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/para-combater-a-violencia-na-cidade-produzimos-violencia-nas-favelas>> Acesso em: 24 nov. 2017.